


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001598-18.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
 Exeqüente: **Itaú Unibanco S/A**
 Executado: **M & S COMERCIO DE PECAS E FUNILARIA LTDA EPP e outros**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ITAÚ UNIBANCO S/A, qualificado na inicial, ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial em face de M & S COMERCIO DE PECAS E FUNILARIA LTDA EPP, ADAILTON OLIVEIRA MORAIS e MARCOS HENRIQUE DA SILVA, também qualificados, com base na Cédula de Crédito Bancário emitida em 06/10/2011, no valor de R\$178.485,84, não paga pelos executados nos seus vencimentos, gerando uma dívida liquidada em R\$174.893,22 para novembro de 2013.

Os executados foram citados e opuseram Exceção de Pré-Executividade alegando problemas financeiros em meio aos quais teriam sido forçados a assinar o título executado que incluiria juros calculados sobre juros, apontando nulidade da execução por razões não esclarecidas, aduzindo a impenhorabilidade dos valores bloqueados na medida em que eram destinados ao pagamento de funcionários, fornecedores e impostos, passando a questionar o próprio título executivo que entendem viciado por não conter assinatura de duas testemunhas, passando daí a questionar a aplicação do princípio de igualdade e o enriquecimento ilícito do banco para concluir pela nulidade da execução.

O credor/excepto respondeu alegando que a discussão pretendida excede os limites da exceção de pré-executividade, defendendo a validade da citação na medida em que apenas o co-obrigado *Marcos Henrique* não teria sido citado, e porque não haveria prova de que os valores bloqueados implicam em salário, pugnou pela rejeição das preliminares e pela improcedência da exceção.

O banco ainda reclamou pesquisas Renajud e Infojud para ampliação da penhora, bem como penhora do imóvel da matrícula nº 121.299 do CRI de São Carlos.

É o relatório.

Decido.

Como se vê, o executado *Marcos Henrique da Silva*, que figura na Cédula de Crédito Bancário como devedor solidário, não foi citado, bastando a consulta das certidões do Oficial de Justiça às fls. 88/89.

Contudo, chama a atenção verificar que foi *Marcos Henrique* quem firmou a procuração dando poderes ao advogado para opor exceção de pré-executividade a esta execução (vide fls. 104), de modo que se pode esse devedor assim agir, preparando sua defesa, não há como se admitir a teste de nulidade da citação, até porque o comparecimento com a defesa já instruída demonstra pleno conhecimento da situação, de modo a impor a aplicação do disposto no § 1º do artigo 214, do C.P.C.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No que diz respeito a alegada impenhorabilidade do valor bloqueado na conta da principal devedora, M & S Comercio de Peças e Funilaria Ltda Epp, embora haja juntada de holerites em nome de três funcionários (fls. 116/118), não há prova de que o valor penhora comprometa o pagamento dos seus salários, de modo que fica rejeitada a tese da impenhorabilidade.

Neste sentido: “*AGRAVO DE INSTRUMENTO – Penhora on-line dos valores depositados na conta bancária da agravante – Alegação de impenhorabilidade, por tratar-se de verba destinada ao pagamento dos salários dos funcionários – Inexistência de comprovação do alegado – Decisão mantida – Recurso desprovido*” (AI. nº 2148326-43.2015.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 22/10/2015 ¹).

Quanto à tese de que o título executivo não tem assinatura de testemunhas, cabe lembrar que a partir de 23 de agosto de 2010, com a edição da Súmula 14 pela Egrégia Turma Especial da Subseção de Direito Privado II, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ficou estabelecido que “*A cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10931/2004 é título executivo extrajudicial*”.

Ficam assim rejeitadas as postulações cuja discussão seria admitida em sede de exceção de pré-executividade.

No mais, o reclamo envolvendo uma suposta contagem de juros sobre juros e encargos abusivos, de modo a inviabilizar o pagamento da dívida e ofender a dispositivos constitucionais claramente excede os limites da exceção de pré-executividade.

Vale lembrar, admite-se tal exceção, *limitada, porém, sua abrangência temática, que somente poderá dizer respeito à matéria suscetível de conhecimento de ofício ou à nulidade do título, que seja evidente e flagrante, isto é, nulidade cujo conhecimento independa de contraditório ou dilação probatória* (AI n. 755.934-0 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil – v. u. - ARY BAUER, Relator ²).

Ainda, “*o E. STJ também já destacou que o excesso de execução é típica matéria de defesa e não de ordem pública, devendo ser alegado pela parte a quem aproveita e que a exceção de pré-executividade não comporta, em regra, tal alegação. Confirma-se: “[...] 3. A petição apresentada após os embargos à execução não pode ser conhecida, porquanto o suposto excesso de execução é típica matéria de defesa, e não de ordem pública, a qual deve ser alegada pelo executado a quem aproveita. Precedentes: AgRg no REsp 1.067.871/SE, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 16.4.2013; EDcl no Ag 1.429.591/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12.9.2012; REsp 1.270.531/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28.11.2011; REsp 1.196.342/PE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 10.12.2010. 4. É ônus do executado provar, com a oposição dos embargos, que a execução incorre em excesso, sob pena de preclusão, que é o caso dos autos. [...]” (AgRg no AREsp 150035/DF, rel. Min. HUMBERTO MARTINS, julgado em 28/05/2013). “[...] 1. A exceção de pré-executividade não comporta alegação de excesso de execução, salvo se esse for patente, não demandando, portanto, dilação probatória. [...]” (REsp 330180/MG, rel. Min. RAUL ARAÚJO, julgado em 09/10/2012). “[...] II. A alegação de excesso de execução não é abível em sede de exceção de pré-executividade, salvo quando tal excesso or evidente, o que não sucede na espécie. [...]” (AgRg no Ag 1356418/RS, rel. Min. SIDNEI BENETI, julgado em 17/03/2011). E ainda a jurisprudência desta Corte: “*Objecção de pré-executividade. A objecção de pré-executividade é instituto criado pela doutrina e jurisprudência, por meio do qual se permite arguir a ausência dos requisitos da execução. A objecção de pré-executividade veicula matéria de ordem pública e não admite a apreciação daquelas que demandem dilação probatória. Alegação de excesso de execução. Inadequação da via eleita. Decisão mantida. Recurso a que se nega**

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² JTACSP - Volume 169 - Página 25.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

provimento.” (TJ/SP, A.I. 0263548-98.2012.8.26.0000, rel. Des. Mauro Conti Machado, julgado em 18/02/2013). “Agravo de instrumento. Execução. Cédula de crédito bancário. Liquidez, certeza e exigibilidade. Exceção de pré-executividade. Incidente restrito aos casos que versem sobre matéria de ordem pública e/ou não necessitem de dilação probatória. Descabimento quando se discute excesso de execução. Recurso desprovido.” (TJ/SP, A.I. 0205467-59.2012.8.26.0000, rel. Des. Cauduro Padin, julgado em 30/01/2013)”

A presente exceção é, portanto, improcedente, e segundo entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, “*é descabida a condenação do excipiente em honorários advocatícios quando rejeitada exceção de pré-executividade. Precedente do TJRS e STJ*” (cf. AI. nº 70056048820 - 22ª Câmara Cível TJRS - 16/08/2013³).

No mesmo sentido o Superior Tribunal de Justiça: “*esta Corte firmou o entendimento de não serem devidos honorários advocatícios na exceção de pré-executividade julgada improcedente*”(cf. EREsp 1185024 / MG – Corte Especial STJ – 09/06/2013⁴).

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente exceção de pré-executividade oposta por M & S COMÉRCIO DE PEÇAS E FUNILARIA LTDA EPP, ADAILTON OLIVEIRA MORAIS e MARCOS HENRIQUE DA SILVA contra ITAÚ UNIBANCO S/A, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 12 de novembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

³ www.esaj.tjrs.jus.br/busca.

⁴ www.stj.jus.br/SCON.